

Quarta-feira, 7 de dezembro de 1983

Modelos alternativos para renegociar dívidas

É curioso notar que o México é visto agora pelas autoridades monetárias brasileiras como o *paradigma* a seguir nos entendimentos futuros com a comunidade financeira internacional. Como se recorda, os dois países adotaram, desde o inicio, estratégias bastante distintas para o reescalonamento de suas dívidas externas a tal ponto que o Clube dos 30, uma instituição privada que estuda os problemas monetários internacionais, chegou a falar em uma "via brasileira" para renegociação, em flagrante contraste com a "via mexicana".

O México surpreendeu o mundo, em 20 de agosto de 1982, declarando uma moratória por 90 dias (depois estendida para 120 dias) de um total a amortizar de US\$ 20 bilhões devido a 1.400 bancos. No mesmo dia, representantes de treze bancos internacionais foram convidados pelo governo mexicano para constituir um comitê de assessoramento para tratar do reescalonamento com todas as instituições envolvidas.

Essa "moratória instantâ-

nea", obteve imediatamente o apoio da Junta Federal da Reserva dos EUA e do Banco da Inglaterra, que ficaram encarregados de persuadir a comunidade financeira a não reduzir as linhas de financiamento interbancário para aquele país. Como também é sabido, o Fundo Monetário International (FMI) não se negou igualmente a colaborar com as autoridades mexicanas desde o inicio do processo.

O governo brasileiro fez tudo diferente, recusando-se, primeiramente, a admitir o impacto da crise sobre as nossas contas externas, e só procurando improvisar soluções quando já era tarde demais, como exemplifica tão bem o Projeto 4 (linhas de crédito interbancárias). Pensando bem, a estruturação do processo de negociação, que no caso do México não exigiu mais do que algumas semanas, demorou um ano para ser definida no caso do Brasil. Não é exagero: as negociações com a comunidade financeira internacional, iniciadas a 20 de dezembro de 1982, prolongam-se até hoje.

Mas agora, tendo o México conseguido condições favoráveis em termos de custo e prazos para rolar a sua dívida, o nosso governo tenta aproveitar essa abertura, contando com uma relativa estabilização, nos próximos meses, da economia interna, cujo comportamento se ajustaria melhor aos compromissos assumidos com o FMI.

A postura de nossas autoridades monetárias parece razoável, mas o que causa estranheza, neste momento, é a tendência predominante em Brasília de não dar muita importância às gestões que serão desenvolvidas proximamente pelo novo governo argentino, chefiado por Raúl Alfonsín. Segundo se informa, o nosso governo vê com ceticismo as esperadas iniciativas argentinas para negociar regras mais flexíveis de reescalonamento, estabelecendo como prioridade o crescimento da economia interna a taxas socialmente aceitáveis.

Essa frieza dá a entender claramente que as autoridades brasileiras não têm interesse em nego-

ciações políticas relacionadas ao problema da dívida externa, das quais o País pretende permanecer à margem. O exemplo do México não nos serviu quando aquele país tomou uma atitude ousada, mas nos serve agora, quando ele está ajustado às normas do FMI. Do mesmo modo, o nosso governo vê com desconfiança possíveis ousadias argentinas ou, quem sabe, venezuelanas. Sim, porque, de acordo com o noticiário dos jornais, o presidente eleito da Venezuela, Jaime Lusinchi, também promete negociar uma parcela de US\$ 18,4 bilhões da dívida externa daquele país, que atinge US\$ 33 bilhões. E, naturalmente, vai reivindicar condições mais flexíveis. Lusinchi, como Alfonsín, também fala em "crescimento estável" para a economia de seu país.

A prevalecer a atitude "cética" das autoridades monetárias nacionais, o Brasil, por falta de decisão, corre o risco novamente de chegar atrasado. Hoje queremos condições iguais às que o México já obteve, como amanhã poderemos desejar as que conseguiram a Argentina e a Venezuela.